

# PL da Dosimetria beneficia criminosos comuns, dizem especialistas

O projeto de lei (PL) da Dosimetria reduz o tempo de progressão de pena para alguns criminosos comuns, afirmam especialistas em direito

O texto foi aprovado na Câmara para beneficiar os condenados envolvidos na tentativa de golpe de Estado que culminou no 8 de janeiro de 2023, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O professor de direito da PUC do Rio Grande do Sul (RS) Rodrigo Azevedo destaca que a mudança reduz “sensivelmente” os percentuais de cumprimento de pena para a progressão em comparação ao modelo vigente desde 2019, especialmente os crimes comuns não violentos. “Na prática, ela beneficia sim criminosos comuns, pois padroniza o marco básico de progressão em um sexto da pena, reservando percentuais mais altos apenas para crimes violentos e hediondos. Isso representa um afrouxamento relevante em relação ao



O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados.

sistema atual, que exige 20% para primários e 30% para reincidentes, mesmo em crimes sem violência”, disse o especialista.

O professor de direito da PUC do Rio, o advogado e criminalista João Vicente Tinoco, também afirmou que a mudança deve beneficiar condenados por alguns tipos de crimes. “Quando veio a legislação em 2019, do pacote anticrime, a situação

dos presos se agravou. O que o PL da Dosimetria faz agora é dar um passo atrás. Ele não volta totalmente [ao texto antes de 2019], mas dá um passo atrás em relação a algumas das hipóteses”, disse.

Segundo o relator, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), o projeto foi construído com o apoio de juristas para evitar que criminosos comuns se-

jam beneficiados. “Não há nenhuma possibilidade de este texto beneficiar crime comum. Ele trata apenas do 8 de Janeiro. Os principais juristas deste país, os mais renomados, bateram o martelo: este texto não trata de crime comum”, disse durante a sessão que aprovou a matéria na Câmara.

O professor de direito Rodrigo Azevedo, que também é membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, afirma que o argumento do relator não se sustenta. “A Lei de Execução Penal [Lei 7.210 de 1984] é uma lei geral, que disciplina a forma de cumprimento de penas para todas as pessoas condenadas no país. Não existe, no sistema constitucional brasileiro, a figura de uma lei de execução penal aplicável apenas a um grupo específico de condenados”, afirma o especialista (ABR).

## Anac aprova venda do Aeroporto Internacional do Rio/Galeão

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou o edital da venda assistida do Aeroporto Internacional do Rio/Galeão. O documento, que traz as regras para a repactuação do contrato de concessão do maior terminal aeroportuário do Rio, deve ser publicado no Diário Oficial da União na segunda-feira, (15). Um dos pontos centrais da venda assistida é a realização de um processo competitivo simplificado, com lance mínimo de R\$ 932 milhões. O leilão está agendado para 30 de março de 2026, no auditório da B3, em São Paulo.

A solução, validada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) incorpora melhorias regulatórias e visa assegurar a sustentabi-

lidade da concessão até seu prazo final, a continuidade operacional dos serviços e a preservação dos investimentos já realizados. O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou o crescimento de passageiros no aeroporto. “Nós saímos, em pouco menos de dois anos, de 4,8 milhões de passageiros no ano de 2023, e este ano vamos passar de 18 milhões”.

Também está prevista a cobrança de uma contribuição variável de 20% do faturamento bruto da concessionária até 2039 e o estabelecimento da saída da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) da administração do aeroporto até março de 2026 (ABR).

## Ministro dos Transportes prevê 14 leilões rodoviários no país em 2026

O governo federal pretende realizar 14 leilões rodoviários no próximo ano, disse o ministro dos Transportes, Renan Filho. O número supera, segundo ele, os 13 leilões de rodovias realizados durante todo o ano de 2025. “Vamos bater o recorde deste ano”, disse ele, ao participar do leilão da Autopista Fernão Dias, promovido pela B3, na capital paulista.

“A gente já fez 22 [leilões rodoviários deste o início do mandato do presidente Lula]. No ano que vem vamos fazer 14 [novos leilões] e, além de fazer muito mais coisas novas, também estamos resolvendo os problemas do passado que tinham deixado embaixo do tapete. Isso é muito significativo para o Brasil”, destacou o ministro em entrevista a jornalistas.

Estão previstos ainda leilões de ferrovias. “Também vamos realizar oito leilões ferroviários e vamos dar uma virada no investimento ferroviário no país”.

A Motiva (antiga CCR) venceu o leilão do contrato otimizado da

Autopista Fernão Dias após oferecer 17,05% de deságio sobre a tarifa de pedágio. Com essa oferta, a companhia bateu outros dois concorrentes, a atual concessionária da autopista, a Arteris Fernão Dias, e o Grupo EPR (Consorcio Infraestrutura MG).

Esse leilão de contrato otimizado da BR-381 faz parte da estratégia do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para modernizar contratos antigos de concessão rodoviária e é o quarto do tipo já realizado pelo atual governo. No entanto, esta foi a primeira vez em que houve concorrência e o controle passou para uma outra empresa.

A transição de controle entre a antiga concessionária (a Arteris) e a empresa vencedora do leilão deverá ocorrer de forma rápida, estimou Renan Filho. A Motiva vai ter que fazer um conjunto de obras já no primeiro ano, o que vai garantir que as pessoas que passem pela Fernão Dias – entre Belo Horizonte e São Paulo – percebam a melhoria do contrato”, completou (ABR).

## Brasil tributa como país rico, entrega como país pobre e quem produz paga a conta

David Braga (\*)

A recente taxaço de 10% sobre grandes rendas aplicada a contribuintes que recebem acima de R\$ 50 mil por mês ou R\$ 600 mil por ano reacendeu o debate sobre o peso da carga tributária no Brasil, um dos países que mais tributa no mundo sem oferecer serviços públicos à altura do que cobra.

Em 2024, a carga tributária bruta do Governo Geral atingiu 32,32% do PIB, o maior nível da série histórica segundo o Tesouro Nacional, colocando o país acima de parte das economias da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), mesmo sem entregar sistemas de saúde, educação, infraestrutura e segurança comparáveis aos das nações desenvolvidas.

A isso se soma o avanço contínuo do endividamento: a Dívida Pública Federal ultrapassou R\$ 7,9 trilhões em julho de 2025, conforme o Relatório Mensal da Dívida (STN), pressionando as contas públicas e ampliando a necessidade de arrecadação, que novamente recai sobre empresas, executivos e trabalhadores já sobrecarregados por um custo de vida crescente e por um cenário econômico que oferece cada vez menos previsibilidade.

Em resposta a esse contexto adverso, empresas têm reforçado planejamento tributário, antecipado distribuição de dividendos e reestruturado operações para proteger caixa e garantir sustentabilidade. Trata-se não apenas de sobrevivência, mas de teste de adaptabilidade, eficiência e inovação. O executivo moderno sabe que não basta cortar custos: é preciso reinventar modelos de negócio, diversificar mercados, ampliar competitividade e transformar adversidades em oportunidades concretas.

Para liderar em tempos de instabilidade, é essencial combinar resiliência, visão estratégica e gestão orientada a dados. Empresas que crescem mesmo sob incerteza são as que antecipam cenários, tomam decisões ágeis e estruturam culturas de longo prazo. Elas são conduzidas por líderes capazes de enxergar além da crise e que transformam turbulência em prosperidade com propósito, ética e foco nas pessoas.

É nesse contexto que o senso crítico da sociedade, especialmente da elite decisória, se torna indispensável. Governantes não são entidades abstratas: são representantes eleitos, responsáveis

por gerir recursos públicos e direcionar o futuro do país. O Brasil precisa superar a polarização vazia entre “esquerda” e “direita” e lembrar que político não é ídolo, mas funcionário do povo. Disciplina fiscal, investimento produtivo e respeito ao dinheiro público deveriam ser exigências mínimas, não promessas de campanha.

Executivos, empresários e cidadãos precisam abandonar o “torcer” e assumir o “questionar”: analisar dados, fiscalizar ações, entender impactos de reformas e exigir responsabilidade. Menos torcida organizada, mais participação qualificada. Comparada a países desenvolvidos como Estados Unidos (26%), Canadá (33%) e Reino Unido (33%) — dados OECD Tax Revenue Database, a carga tributária brasileira já não é baixa. A diferença crucial é que, enquanto esses países retornam serviços eficientes, o brasileiro precisa pagar privado saúde, educação, segurança, além dos impostos.

A alta de impostos tende a reduzir a competitividade do Brasil ao encarecer o custo de produzir, contratar e investir no país. Para o investidor, sendo ele brasileiro ou estrangeiro fica mais difícil justificar projetos de longo prazo quando a carga tributária sobe sem que haja previsibilidade, segurança jurídica e melhora clara em infraestrutura, qualificação de mão de obra e ambiente de negócios.

Na prática, capital e novos investimentos tendem a migrar para países onde a combinação “tributação + retorno” é mais favorável, enquanto aqui se prolonga a sensação de que quem produz é punido e quem decide o sistema não entrega o suficiente em contrapartida.

A nova taxaço pode reforçar um ciclo perigoso: sensação de confisco, aceleração do “jeitinho tributário” e queda na disposição de investir. Empresas adiam projetos, executivos redirecionam energia para blindagem fiscal e trabalhadores sentem, no fim, os efeitos indiretos, ou seja, menos oportunidades e menor crescimento.

A pergunta que persiste é simples e urgente: essa medida aproxima o Brasil de um futuro mais competitivo e sustentável ou empurra talento, capital e oportunidades para fora do país?

(\*) - É CEO, board advisor e headhunter da Prime Talent Executive Search.



lobato@netjen.com.br

### A – Cartão de Crédito

O fim de ano deve movimentar fortemente o varejo — especialmente os supermercados. Uma pesquisa realizada pela DM, grupo especializado em gestão de crédito, com forte atuação no segmento de cartões de loja (private label) revela um cenário de consumo mais confiante em 2025. Mais da metade dos entrevistados (56%) pretende gastar mais do que no ano passado no período de Natal. O ticket médio também demonstra um apetite maior às compras: 53,2% dos consumidores planejam desembolsar mais de R\$ 1 mil neste final de ano. A maioria dos entrevistados afirma que o meio de pagamento principal será o cartão de crédito parcelado (62%), à frente do cartão de crédito à vista (22,9%) e PIX (8,4%).

### B – Comércio Internacional

A ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) promove, nos próximos dias 17 e 18 (quarta e quinta-feira), o curso Incoterms® 2020 - Regras para o Comércio Internacional. Ministrado de forma online, via plataforma Zoom, o curso tem o objetivo de apresentar as principais características da nova revisão, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, e o seu impacto nas negociações comerciais internacionais. Mais informações: Tel: (11) 5582-6321/6326 - WhatsApp: (11) 94526-8280 ou (https://abimaq.org.br/cursos/1200/incoterms-2020-regras-para-o-comercio-internacional).

### C – Oportunidades

A Iguaí Rio, concessionária responsável pelos serviços de saneamento em 19 bairros da Zona Sudoeste do Rio e nos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes, está com processo seletivo aberto para 16 vagas de emprego. As oportunidades abrangem áreas técnicas, operacionais e de engenharia, com cargos efetivos e vagas afirmativas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência (PCD). Há também posição para banco de talentos, destinada a futuras oportunidades. As inscrições devem ser feitas pela plataforma Gupy, no site: (www.vemserigua.gupy.io).

### D – Atendimento ao Consumidor

A Goodyear, uma das maiores fabricantes de pneus do mundo, celebra o reconhecimento de sua excelência no atendimento ao consumidor. A empresa conquistou o Prêmio Reclame Aqui 2025 na categoria “Pneus – Fabricantes” e recebeu a premiação em solenidade realizada em São Paulo, reafirmando seu compromisso com a qualidade no atendimento e a satisfação de seus clientes. O Prêmio Reclame Aqui é conhecido pelo seu processo interativo de votação, em que consumidores de todo o Brasil avaliam as marcas com base em suas próprias experiências.

### E – Dedicado aos Insetos

As férias chegaram e uma das melhores programações gratuitas em São Paulo para toda a família é a visita ao Planeta Inseto, a exposição permanente do Museu do Instituto Biológico, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo. Único museu dedicado aos insetos no Brasil, o espaço oferece uma imersão divertida e educativa no universo desses pequenos seres essenciais para o equilíbrio ambiental. O público também pode observar colmeias com câmeras internas, formigueiros reais, cupinzeiros e até acompanhar o ciclo do bicho-da-seda. Informações: (11) 2613-9500.

### F – Anúncios de Imóveis

O Chaves na Mão, primeira plataforma de anúncios online especializada em imóveis e veículos do Brasil, acaba de atingir a marca de 1,2 milhão de imóveis anunciados apenas na cidade de São Paulo, maior mercado consumidor do setor. Do total, mais de 1 milhão são direcionados para a venda e mais de 175 mil para locação. Somando todo o país, a plataforma conta atualmente com 4,5 milhões de anúncios ativos para a compra e aluguel de imóveis.

### G – Expansão

A Vonixx, indústria cearense líder em fabricação de produtos para estética e preservação automotiva na América Latina, anunciou um

investimento de R\$ 200 milhões na construção de uma nova planta fabril em Fortaleza, às margens da BR-116. O projeto marca a maior expansão industrial da empresa desde sua fundação e tem como objetivo ampliar a capacidade produtiva, acelerar a inovação tecnológica e suportar o crescimento da marca no mercado global. Segundo Paulo Henrique Nobre, CEO da Vonixx, a nova unidade foi planejada para acompanhar o ritmo de expansão acima da média do setor e elevar o nível de competitividade da companhia

### H – Justiça & Saúde

A Unimed Franca conquistou o 1º lugar no Prêmio Justiça & Saúde do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o projeto “Saúde em Comum Acordo”, voltado à mediação e à redução de litígios na saúde suplementar. O reconhecimento ocorre em um momento em que a judicialização no setor segue em trajetória acelerada. Foram cerca de 298,7 mil novos processos em 2024, um aumento de 112% em relação a 2020, segundo o Instituto de Estudos de Saúde Suplementar. O projeto tem como objetivo analisar casos com alto potencial de judicialização, promovendo soluções baseadas no diálogo, na empatia e no conhecimento técnico.

### I – Opções de Qualidade

O Cantareira Norte Shopping, localizado na zona Norte de São Paulo, está otimista com as vendas de Natal, com expectativa de crescimento em torno de 8% no comparativo com o mesmo período do ano anterior, impulsionadas pela maior confiança do consumidor, queda nas taxas de juros e ampliação do mix de lojas do empreendimento. Dentre as categorias que devem se destacar, estão artigos esportivos, joalheria, brinquedos, vestuário e eletrônicos. Esses itens atendem às demandas por presentes práticos, afetivos e tecnológicos, alinhando-se ao otimismo geral e impulsionando o fluxo de visitantes em busca de opções acessíveis e de qualidade para toda a família.

### J – Imóvel Rural

O prazo para a ratificação de registro imobiliário de imóveis rurais em faixas de fronteira deve ser reaberto por mais 15 anos. O projeto de lei que prevê isso foi aprovado pelo Congresso Nacional na terça-feira (9) e aguarda a sanção da Presidência da República. O prazo original estabelecido pela atual legislação vai até 2030. O novo texto concede 15 anos contados a partir da publicação da futura lei. Mas o prazo poderá ser suspenso enquanto o processo de registro tramitar no cartório ou no Congresso e enquanto houver proibição jurídica específica ou incapacidade civil do interessado por perda da lucidez (Ag.Senado).